Educação Superior e Eqüidade: Inocente ou Culpada?

Claudio de Moura Castro

RESUMO

A extrema fragilidade do nosso primário e secundário faz com que as classes sociais sejam peneiradas e que os mais pobres estejam extraordinariamente sub-representados no nível superior. Isso não é culpa do sistema superior. Ele apenas herda a iniquidade dos níveis mais baixos de educação. Contudo, o funcionamento do ensino superior adiciona mais iniquidades às previamente existentes. Além de gastar mal os recursos que poderiam melhor atender aos menos ricos, subsidia a educação dos mais ricos e faz os menos ricos pagarem o custo integral do ensino. Ou seja, o Brasil é o campeão mundial da injustiça social no ensino superior. Título que pouco orgulho nos deveria trazer. No entanto, os grandes arautos da injustiça dentro da universidade só enxergam longe. O que acontece dentro dos seus muros não lhes chama a atenção.

Palavras-chave: Educação Superior – Origem Social do Aluno – Vestibular – Meritocracia – Público/Privado – Injustiça Social.

**Claudio de Moura
Castro**

*Ph.D em Economia,
Universidade de
Vanderbilt, EUA*

*Assessor Principal para
Assuntos de Educação do
Banco Internacional de
Desenvolvimento (BID)*

1 - Introdução

O ensino superior custa muito mais caro que os outros níveis e é oferecido a uma faixa muito estreita da sociedade. Portanto, ao discutir seus méritos e falências, não podem ser esquecidas as questões de eqüidade.

Falamos de iniquidade quando falta igualdade de oportunidades de acesso ao ensino. John Roemer mostra uma relativa falta de consenso na definição do que seja igualdade de oportunidades em educação – dentre autores eminentemente respeitáveis. Todavia, propõe como denominador comum a idéia de que as cartas não podem estar marcadas no início do jogo e

que as barreiras que cada um encontra não se podem dever a circunstâncias fora do seu controle (tal como sexo, raça ou pobreza). Na área de educação, portanto, igualdade de oportunidades significa que os gastos educativos sejam alocados de tal forma que ficam compensadas as desvantagens iniciais e que os resultados passem a depender dos esforços de cada um (Roemer, 1999).

A falta de igualdade de oportunidades se dá onde o sistema penaliza o acesso por razões que não têm a ver com diferenças de méritos ou desempenho – usualmente pobreza e distância das escolas. Mas igualdade de oportunidades não pode ser considerada na véspera de entrar no ensino superior, quando todas as forças centrífugas que separam as experiências educativas dos ricos e dos pobres já exerceram seu papel devastador. Não há igualdade de oportunidades quando o sistema nada faz para evitar o aparecimento de grandes diferenças de desempenho que, por sua vez, vão determinar as enormes diferenciações no acesso a níveis subsequentes ou ao mercado.

Nesta nota sugerimos que há problemas sérios de equidade no ensino superior brasileiro. Isto porque custa caro, os mais pobres têm menos acesso a ele e pouco se faz para melhor preparar os menos prósperos, aumentando o seu preparo para melhor competir pelas vagas existentes.

Os dados são eloqüentes, não se trata de achar ou não achar que o sistema é injusto. Gastamos 6,5 bilhões de dólares do orçamento público com uma educação

superior que somente captura por volta de 5% da coorte de idade (em outras palavras, 12% da coorte está matriculada no ensino superior e deste pequeno grupo, só 40% estão no ensino público). Os números mostram também que 23% do orçamento da educação vai para o ensino superior. Isso nos leva a gastar nela 1,3% do PIB. Este número é o mais alto do mundo, neste particular somos recordistas mundiais.

Nesta nota, examinaremos os vários aspectos do ensino superior onde se manifestam problemas de iniquidade. E faremos isto sempre repetindo a mesma pergunta: o ensino superior é inocente ou culpado desta desigualdade? É algo que ele herda de outros níveis ou tem culpa no cartório? Precisamos perguntar de onde se origina esta iniquidade. Ou seja, trata-se de uma iniquidade inerente à sociedade ou ao ensino? Ou alguma circunstância onde a iniquidade resulta da ação ou inação, da bondade ou da ruindade do sistema de educação superior?

Entendamos, não há sociedades reais onde a distribuição da educação não esteja relacionada com a origem social do aluno. Falemos de Estados Unidos, Suécia, Rússia, Cuba ou China, todos estes países têm ensinos superiores onde estão sub-representadas as classes mais baixas e super-representadas as mais altas. Isto parece ser inerente ao processo educativo.

A Revolução Cultural na China foi um caso raro onde praticamente se conseguiu um acesso desvinculado de origem social. Mas segundo os próprios comunistas hoje

no poder, quase levou a China ao buraco. Foi gerada uma deterioração catastrófica da qualidade do ensino superior. Isto porque a igualdade foi obtida impedindo os mais aptos de se educar. Muitos foram mandados para as minas de carvão. Ou seja, o preço da igualdade se revelou mais caro do que o país podia arcar.

Mas há diferenças de grau de iniquidade. Na ex-União Soviética a participação dos níveis sociais mais baixos no ensino superior era das mais elevadas (hoje piorou pela cobrança quase universal no ensino superior). O Brasil mostra números particularmente negativos, de fato; conta-se entre os piores. Estimativas mais antigas mostram que não chegava a 15% a participação dos filhos de operários no nosso ensino superior. (dados provão)

Outro dado pertinente para medir acesso é a largura da pirâmide educativa no nível superior. O Brasil tem 12% da coorte no ensino superior. Isto se contrasta com cerca de 50% para os países da OEDC. Mas mesmo o Peru tem 40%. O que é ainda menos alentador, no Brasil este número medindo a participação da coorte no ensino superior aumenta apenas de 9% ao ano, contrastando-se com 86% na Argentina e 220% na Coréia. Ou seja, não só o garga-

lo do acesso ao ensino superior é muito grande, mas ele se reduz a uma velocidade menor do que nos países a que faz sentido comparar-nos.

Mas não avança muito o argumento prosseguir neste nível tão elevado de generalidade. Examinemos a questão em mais detalhes.

1 - As cartas estão marcadas já antes do vestibular.

=> O ensino superior é inocente.

As cartas estão marcadas antes do vestibular. Ao longo dos anos escolares, o primeiro e segundo graus vão fazendo uma depuração social dos alunos. Nos dias que correm, na primeira série do primeiro grau estão praticamente todos. Até à quinta, estão quase todos (este foi o grande avanço dos anos recentes). Daí para frente começa a poda. Pouco mais da metade consegue completar a 8ª série. E, obviamente, não são os filhos de rico que sobram. Quando examinamos o fim do segundo grau, sobram apenas 20% dos que entraram. E, obviamente, nem são os mais pobres e nem é aleatório o processo de seleção. Veja no Quadro 1:

Quadro 1:

Intervalo de salários	Matrícula no ensino superior		
3SM	5% alunos	40% população	8 vezes menos
20-50 SM	27%	7%	4 vezes mais

Naturalmente, o vestibular dá o golpe de misericórdia. Os números acima mostram que comparado com uma distribuição onde o acesso fosse independente de status socioeconômico da família, há quatro vezes mais ricos (20 a 50 salários mínimos). Pela mesma forma, há oito vezes menos pobres.

Ao fim da década de setenta, Sergio Costa Ribeiro e eu fizemos uma estimativa da proporção de alunos cujos pais têm ocupações manuais (melhor dizendo, são operários (Castro, Ribeiro, 1979, p.3 - 23)). Encontramos cerca de 13%. Por tudo que sabemos, esta participação está estagnada. Portanto, uma classe operária que corresponde a pelo menos dois terços da população tem uma presença de pouco mais de um décimo no ensino superior.

Essa é a "limpeza" social mais vasta e radical que ocorre no ensino superior. O resto é brincadeira. E nesta depuração, a culpa não é do ensino superior mas dos níveis mais baixos que imprimem aos alunos velocidades distintas de avanço dentro do sistema, em função do seu status de origem.

Diante destes privilégios concedidos às elites, há muitos que pregam um sistema de quotas. Os mais pobres ou os originários da rede pública teriam uma reserva de mercado de vagas. Não acreditamos que isso seja uma boa idéia. É trocar iniquidade por mediocridade. Significa levar a instituições caríssimas alunos cujo desempenho é pior do que o de outros que se apresentam. É nivelar por baixo, uma péssima maneira de se obter equidade.

de. Ao invés de melhorar o mais fraco, pune-se o mais forte.

Trazendo a discussão para um nível mais pessoal, quem gostaria de ser tratado por um médico que entrou na universidade porque alguém ficou com pena dele ("Era tão burrinho, mas porque era pobre deixamos entrar")? O ensino superior, está condenado à meritocracia e não podemos abastardar seu acesso. Claramente, as soluções para a iniquidade de acesso não estão no vestibular. Insistimos neste ponto: o problema da iniquidade está sobretudo na falta de qualidade do ensino de primeiro e segundo graus. Absolvido o ensino superior.

2- O vestibular seleciona socialmente de acordo com a carreira.

=> O ensino superior é inocente

Algumas carreiras são mais desejadas do que outras. Há os casos óbvios de mercados melhores, como medicina, informática, engenharia etc. Se os salários são mais altos, mais candidatos escolhem, portanto, a concorrência é maior. Pelas mesmas razões que os ricos passam com mais facilidade no vestibular – frequentaram melhores escolas, tiveram um ambiente mais propício ao desenvolvimento intelectual e tiveram mais tempo para estudar – conseguem também competir melhor para entrar nas áreas mais competitivas. Na verdade, as suas melhores notas permitem não apenas passar mas escolher as carreiras mais cobiçadas.

Portanto, é nas áreas mais desejadas (onde é maior a relação candidato/vaga) que estarão os ricos, ficando os pobres com pedagogia, matemática, letras, geografia etc.¹ Note-se que isso é uma relação probabilística, pois embora a média seja mais baixa, nem todos os que escolhem estas áreas são mais fracos.

3- Quanto mais competente o vestibular, mais penaliza os mais pobres.

=> O ensino superior é inocente

Muito se discute acerca de possíveis discriminações impostas pelo tipo de testes usados contra os que vêm de níveis sociais mais baixos. Mas, na verdade, os resultados não parecem confirmar estas hipóteses. Por exemplo, comparando os resultados de testes de inteligência baseados nas idéias de Piaget com outros testes mais convencionais e com menos "pedigree", foi encontrado que o teste de Piaget distancia mais os pobres dos ricos do que os testes de inteligência que eram utilizados na década de 70 na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro.

O mesmo acontece com os vestibulares. A partir de certo momento, por volta da década de 70, houve uma forte preocupação de melhor discriminar as per-

guntas segundo uma taxonomia de objetivos educacionais. Uma pesquisa ao fim desta década tabulou as perguntas mais altas na escala cognitiva (análise e síntese) em separado das perguntas mais baixas (memorização). Os resultados mostraram que os escores dos pobres se distanciavam mais dos escores dos ricos nas perguntas de nível mais alto. Ou seja, vestibulares mais densos em perguntas sobre conhecimentos de ordens superiores (análise e síntese) separam mais os pobres dos ricos. Portanto, na medida em que os vestibulares se tornam mais capazes de captar aquelas dimensões mais nobres do processo educativo, ele reduz as chances dos pobres neste processo de seleção.

Mas isso não é culpa da prova e nem se deve pensar que a entrada no ensino superior deva passar a ser uma questão de caridade. Não faz qualquer sentido facilitar a entrada no sistema universitário daqueles que sabem menos daquelas dimensões mais nobres e mais relevantes.

O ensino superior tem que permanecer meritocrático. Aí se formam as lideranças do país. Quem gostaria de se consultar com um médico cuja entrada na escola de medicina se deu porque o sistema teve pena dele ou resolveu aceitá-lo, apesar de pouco qualificado?

¹ Dados recentes do provão mostram que os alunos de matemática têm um status muito mais baixo que os das outras carreiras incluídas nos exames. Justamente, das carreiras incluídas no Provão, esta é aquela que prepara para o magistério.

Seguramente, a solução não está em abastardar o acesso mas em melhorar a qualidade dos que chegam. Portanto, há uma conclusão inevitável, já neste nível. Grande parte do problema de equidade do ensino superior está na falta de qualidade e igualdade de oportunidades nos níveis abaixo. O ensino superior é inóceno destes pecados até aqui narrados.

4 - Os pobres de talentos excepcionais não têm condições econômicas para cursar os cursos mais competitivos.

=> O ensino superior é culpado

Há uma minoria de candidatos de nível socioeconômico muito baixo que consegue passar no vestibular com notas que permitiriam freqüentar os cursos mais competitivos. São uns poucos que, contra todas as probabilidades, mostram resultados excepcionais.

No entanto, os cursos mais competitivos são cursos que exigem tempo integral e mais muito tempo para estudar além dos horários das aulas. Por estas razões, estes jovens têm que abrir mão destes cursos por necessitarem trabalhar para se sustentar.

Quase não há bolsas de estudo para permitir a essa heróica e excepcional minoria freqüentar os cursos para os quais tem a aptidão acadêmica. As que há, concedidas pelas escolas privadas, consistem em abrir mão das mensalidades, ou parte delas (uma legislação recente retira mesmo os incentivos fiscais para este tipo de bolsas). O crédito educativo, que seria um fator de equidade, ao permitir a muitos arcar com os custos do ensino privado, jamais foi corretamente manejado, além de ter uma abrangência pequena (3% dos alunos, 26 000). Pior, o crédito educativo não financia senão as mensalidades. Não financia recursos para a manutenção.

É interessante contrastar com a situação nos Estados Unidos, país onde o ensino superior é sempre pago. São justamente as melhores e as mais elitizadas universidades as mais generosas para com excelentes alunos de poucas posses. Por exemplo, Harvard seleciona primeiro e depois vê se o aluno tem recursos para pagar as anuidades. Metade não tem e por isso ganha algum tipo de bolsa ou desconto nas anuidades.² O SAT foi criado inicialmente em Harvard, para selecionar os mais capazes, independentemente do nível social.³

² Todas as universidades têm anuidades variáveis, de acordo com as posses dos estudantes.

³ O SAT (Scholastic Aptitude Test) é um teste usado como critério parcial para a entrada no ensino superior. Em boa medida, o ENEM foi inspirado no SAT.

5- Os mais ricos vão para o público e os menos ricos para o privado.

=> O ensino superior é culpado

Tem havido muito ruído e pouca análise desapassionada sobre esse assunto. Podemos fazer uma sociologia de muito impacto e pouca ciência, quase uma brincadeira, inspecionando o estacionamento do campus do Fundão da UFRJ. Se os autos pagassem pelas tabelas do aeroporto, não seria preciso cobrar anuidade.

Se quisermos falar de números mais rigorosos, as diferenças de *status* têm sido medidas em um número suficiente de pesquisas. Claro que como o secundário privado só produz 20% dos graduados, é inevitável que haja um número enorme vindo das escolas públicas, pois ainda que todos os graduados do ensino privado passassem, ainda sobrariam bem mais da metade das vagas. Isso é verdade, mas não diz muito. Simplesmente, não há um número suficiente de alunos da rede privada para preencher todas as vagas.

Ademais, a variância de *status* entre carreiras universitárias é muito grande. Os alunos das escolas secundárias privadas estão claramente super-representados nos cursos mais difíceis e competitivos, quer estejam no setor público ou privado.

Mas ao frigar dos ovos, há diferenças importantes na clientela das públicas e privadas. Os dados do Provão são hoje a melhor fonte de informações sobre o *status*

socioeconômico dos alunos de ensino superior e sua análise não dá margens para dúvidas. Os alunos do ensino público superior, na média, têm origem socioeconômica mais elevada do que os das privadas. Em outras palavras, quanto mais rico, mais elevada a probabilidade de receber os polpudos subsídios embutidos na gratuidade do ensino superior público.

Contudo, as diferenças não são enormes. Há muita mistura, pois as PUCs recebem as elites e os cursos mais fáceis das federais recebem o quartil inferior da distribuição de aptidão acadêmica, que tende a ser o mais pobre. Isto é sobretudo verdade nos cursos que preparam professores para o ensino médio (o último Provão mostra os alunos de matemática com níveis muito mais baixos de renda do que os alunos de outras carreiras).

Portanto, no todo, há uma diferença sensível entre as privadas e as públicas do ponto de vista da clientela. Não podemos escapar à conclusão de que o ensino privado tem uma clientela de mais baixo nível social que é obrigada a pagar a integridade dos custos, enquanto os alunos das públicas, de nível mais alto, não pagam nada. O ensino superior não é inocente nesta distribuição de alunos.

6- Os cursos são desenhados para as elites e freqüentados por uma clientela variada.

=> O ensino superior é culpado

Esse é um assunto pouco falado mas

que tem enormes conseqüências, não apenas para a equidade mas também para a eficiência do sistema de ensino superior.

Falta diversidade de soluções para o ensino superior brasileiro. Estamos travados com o modelo da universidade pública. Na teoria estão todos fazendo, ao mesmo tempo, ensino, pesquisa e extensão ou, prestes a fazê-lo. Estas universidades estão localizadas em campus longínquos, onde vivem alunos e professores em um abrigo, protegidos, e onde pudessem dedicar-se tranquilamente aos assuntos acadêmicos, isolados do burburinho do mundo exterior. Lamentemos ou louvemos, mas o mundo da universidade pública não é bem este, jamais foi e nunca será. Não obstante, o modelo continua o mesmo. Sequer há bons exemplos de universidades brasileiras operando inteiramente sob este modelo. Na melhor das hipóteses, há enclaves dentro de uma ou outra universidade nos estados mais prósperos. O atual Ministro da Educação foi o primeiro a ousar dizer que é preciso diversificar esse modelo. Se o mundo real não é assim, conviver com um modelo irrealista é de uma burrice surpreendente. Simplesmente, impede a vigência de soluções menos perfeitas mas que poderiam aumentar a equidade e eficiência do sistema.

Continuamos hipnotizados pela fugaz idéia de uma universidade que englobaria

a totalidade do ensino superior. Como se isso fosse possível.

Continuamos com uma oferta de cursos que reflete o mercado de trabalho de cinquenta anos atrás. O mundo mudou, o ensino superior quase nada. Foram criados cursos adicionais, mas com a mesma receita de um curso profissionalizante de quatro anos. Ora, esta fórmula única não acontece mais no mundo que nos interessa imitar. Nos Estados Unidos, metade dos graduados são de um ou dois anos e a metade dos de quatro não são realmente cursos profissionais, mas de cultura geral humanística e científica ("liberal arts colleges"). O mesmo se dá na Europa⁴ e Canadá.

Dediquemos um momento a discutir a situação dos cursos curtos. Não podemos viver sonhando com um mundo de conto de fadas. Os alunos de origens mais modestas fizeram cursos de primeiro e segundo graus mais fracos (em qualquer lugar do mundo), têm mais dificuldades de abstração e têm urgência de entrar no mercado de trabalho, por razões puramente econômicas. Se só oferecemos a eles os nossos conhecidos cursos de quatro anos, muitos com seus cacoetes de excesso de abstração, estamos lesando seus interesses. Ora, dizem os críticos, isso é propor cursos curtos para os pobres e cursos longos para os ricos. Na verdade, é isso mesmo. Não fazê-lo é pura hipocrisia. É perpetuar a situação

⁴ Veja-se a monografia de Jean Pierre Jallade mostrando que também na Europa próximo da metade das graduações do nível pós-secundário se dão em cursos curtos, muitos dos quais começam no nível secundário e se prolongam no pós-secundário.

de cursos longos para os ricos e nada para os pobres, esperando o dia em que se materialize a utopia da igualdade de oportunidades. Se fosse possível ser diferente, países com currículos impecáveis em matéria de equidade – ou pelo menos infinitamente melhores do que os nossos – já o teriam feito. Dentre os países de maior riqueza e desenvolvimento da educação, não foi ainda possível evitar estas soluções tipo prêmio de consolação.

Tanto na Europa como nos Estados Unidos, metade dos alunos aprende uma ocupação concreta em um ou dois anos e vai para o mercado. Nós, por um purismo injustificado, continuamos com um horrendo preconceito. Sonhamos com um mundo onde tudo seria perfeito e todos teriam a mesma possibilidade de fazer qualquer curso, qualquer que fosse a sua origem socioeconômica. Ao mesmo tempo, no mundo real, convivemos com um sistema que rejeita as modalidades de ensino que poderiam ser mais apropriadas para os alunos mais modestos que chegam a terminar o segundo grau.

Felizmente, num acesso inesperado de sanidade, a nova LDB abre as portas para os cursos curtos. O potencial de acolher no ensino pós-secundário uma nova camada social é enorme. Isso pode ser ilustrado comparando dois cursos que já vinham sendo oferecidos pelo Senai /SP. Um deles era um

curso técnico comum, integrando, como sempre se fez, as matérias acadêmicas e as profissionais. O outro exigia como pré-condição um diploma de segundo grau e apenas oferecia as matérias profissionais. De fato, este segundo curso é exatamente o modelo que está hoje tomando corpo nos cursos pós-secundários curtos (também chamados “Seqüenciais”). É notável verificar a diferença entre a clientela dos dois cursos. O primeiro, dito integrado, atendia a uma clientela de altíssimo nível socioeconômico, tão elitizada quanto qualquer universidade pública brasileira. Obviamente, os alunos estavam ali apenas preparando-se para o vestibular (embora ocupassem as oficinas e laboratórios que deveriam ser usados para profissionalizar). O segundo, então chamado de Curso Especial, é composto de alunos cujo perfil socioeconômico é muito mais baixo, de fato, é uma clientela que normalmente não chega ao ensino superior. Ou seja, o primeiro é tão elitizado quanto as escolas técnicas públicas e as universidades sempre o foram. O segundo capta exatamente a nova clientela emergente, de classe muito mais baixa, não contradiz o ensino superior convencional. Na medida em que a reforma do ensino técnico transforma todos os cursos técnicos integrados em cursos semelhantes ao que se chamava Curso Especial, há um dramático ganho em equidade. Muda o perfil da clientela. Entram classes muito mais pobres no ensino pós-secundário.⁵

⁵ Esta análise baseia-se em dados do Núcleo de Avaliação Institucional do SENAI/SP: “Concluintes do CQP-IV Curso de Qualificação profissional” e “Concluintes da HP: Curso de Habilitação Profissional”

Mas o que vemos também? Alguns tropeços. O CEFET Paraná, um dos melhores cursos técnicos do país, acaba de inventar um curso de dois anos que não profissionaliza. Pelo contrário, simplesmente abre as portas para a continuação do programa por mais dois anos. É um passo atrás. O potencial de aumento de equidade que poderia ser oferecido pela melhor escola técnica do Brasil vai por água abaixo com esse modelo.

A novidade é que a iniciativa privada está começando a entrar na área. Podemos esperar de tudo vindo daí. Grandes estabelecimentos estão começando a oferecer cursos curtos. Falta-lhes experiência, mas têm acesso ao que se faz alhures. Outras escolas menos equipadas provavelmente vão oferecer programas mais heterogêneos. Mas até agora, as grandes federais permanecem silenciosas sobre o assunto.

Em certas áreas como desportos e música, as habilidades inatas aparecem de maneira mais forte, permitindo uma ascensão socioprofissional mais acentuada. De fato, os exemplos de mobilidade social extrema se dão dentre aqueles que se destacam nas artes ou nos desportos. Mais uma razão para que o ensino superior facilitasse essa subida. No entanto, em ambas as áreas, os cursos públicos só são oferecidos no nível superior, em uma idade em que é tarde demais para começar. Quem quiser estudar música clássica, como instrumentista, tem que começar por volta dos dez anos de idade. Não dá para adiar.

Ora, se somente no nível superior é que se oferecem cursos de música razoavelmente competentes em escolas públicas, os menos ricos não têm quaisquer possibilidades de se profissionalizar como músicos clássicos. Escapa um ou outro que aprendeu na banda de música do quartel (como Eleazar de Carvalho). No sistema público, no máximo, podem aprender a escrever ensaios sobre os tataranetos de Bach.

7- A pior iniquidade do ensino superior público é gastar muito e produzir pouco.

=> O Ensino Superior é Culpado

Temos um ensino superior tão caro quanto o europeu. Custa cerca de 14 mil reais por aluno. Custa quase dez vezes mais do que o da Universidade de Buenos Aires, cujo ensino não é necessariamente pior do que o das nossas federais. Custa quatro vezes mais do que o da Universidade do Chile.

O ensino privado cobra cerca de um terço do que custa o público. Mas estes dados ainda subestimam a ineficiência do processo, pois o aluno da pública leva quase dois anos mais para se graduar.

Seria de se esperar que o desempenho das públicas no Provão fosse bem melhor. No entanto, as médias das públicas e privadas no provão são perfei-

tamente equivalentes.⁶ Entenda-se que média é média, não confundir com os cursos "A", atribuídos aos que estão nos 12% da cauda superior da distribuição. Dentre os cursos "A", há uma privada para cada duas públicas. Isso é outro assunto, dizendo apenas que dentre as melhores das melhores há mais públicas. Mas como também há mais públicas dentre as piores das piores, fica elas por elas e as médias são muito próximas. Confundir comparações de médias com distribuição no extremo da cauda superior é erro estatístico elementar.

Temos a dúvida recorde de gastar mais orçamento público com ensino superior do que qualquer outro país do mundo. Gastamos o equivalente a 3,5 vezes a nossa renda *per capita* com cada aluno de universidade pública. É o mais caro do mundo, medido assim. É o dobro do segundo lugar que é a Malásia. Mais ainda, 87% dos custos das universidades públicas são de pessoal. Novamente, é o número mais alto do mundo. Terceiro recorde: temos a relação aluno/professor mais baixa do mundo (9:1).

É preciso que se repita, para que não fique uma impressão equivocada. Grande parte do melhor ensino é público e algumas universidades têm um desempenho ímpar no país no hemisfério. Nos-

sa pós-graduação, concentrada nas universidades públicas, está em primeiro lugar na América Latina, longe do segundo colocado (México). E, por via de conseqüência, a produção científica e tecnológica é também muito mais ampla do que a dos nossos vizinhos.

Não obstante, neste ensaio estamos avaliando os grandes números. E nestes o panorama é bem menos alentador. Gastar mal e muito com o ensino superior é uma grande fonte de iniquidade. A enorme massa de recursos que vai para o superior e produz resultados tão pífios poderia ser usada para melhorar os níveis mais baixos.

Mas afinal, de quem é a culpa? Da universidade ou dos que mandam nela?

Como tentamos mostrar, o maior culpado pela falta de equidade do ensino superior é a falta de qualidade e a heterogeneidade do primeiro e segundo graus. Absolvemos o ensino superior desta acusação. Mas o ensino superior também tem culpa no cartório, como vimos. Nele é agravada a falta de equidade precedente, já por si séria.

Mas os problemas estão nas instituições

⁶ A pedido do autor, o INEP tabulou os escores brutos dos alunos das privadas e das públicas. As diferenças de médias entre os dois grupos são quase sempre muito pequenas ou insignificantes. Nos casos em que as diferenças não são tão pequenas, há superioridade das públicas tão freqüentemente quanto das privadas.

de ensino superior ou em quem manda nelas? De quem é a culpa? Afinal, não podemos acusar as universidades públicas pelo que está escrito na Constituição, pelos meandros bizantinos da contabilidade pública, pelas regras de pessoal arcaicas do serviço público.

Minha avaliação é que a culpa está sobretudo no lado do governo. No passado foi pusilânime e burro ao lidar com a universidade. Pusilânime no caso do MEC e burro no caso das políticas de pessoal, das regras da administração pública, dos orçamentos, licitações etc. São todos penalizados ao serem tratados como se fossem desonestos. Há rigidez por todas as partes. Nem há prêmios para quem faz melhor do que os outros e nem punições para quem não faz ou faz mal feito.

Ainda assim, há contaminação, as universidades não são totalmente inocentes com respeito aos pecados cometidos dentro do MEC, pois sempre fizeram questão de ceder gente – sem ônus – para as equipes da SESU/MEC, a fim de que pudessem defender os seus interesses (leia-se, fazer lobby).

Mas além disso, a universidade é culpada de muitos outros pecados. Principalmente, é culpada de recusar muitas iniciativas que reduziriam a iniquidade. Quem dentro da universidade estaria bloqueando reformas? Afinal, qualquer uma delas tem muitos milhares de pessoas agindo em seu nome ou escudado por elas. Tradicionalmente, o imobilismo

vem de movimentos liderados por minorias sem distinção intelectual. Mas como minorias, só podem ter êxito na medida em que as maiorias permanecem silenciosas e impassíveis. E quem poderia liderar as maiorias para apoiar as reformas necessárias senão as lideranças intelectuais da Universidade? Infelizmente, há pouquíssimos casos onde os melhores figurantes da universidade tomaram claramente partido de políticas que visam melhorar a governabilidade, o sistema de incentivos e reduzir os privilégios. Portanto, não há inocentes. Uns pecam por comissão, outros por omissão.

Em resumo: A extrema fragilidade do nosso primário e secundário faz com que as classes sociais sejam peneiradas e que os mais pobres estejam extraordinariamente sub-representados no nível superior. Isso não é culpa do sistema superior. Ele apenas herda a iniquidade dos níveis mais baixos de educação. Contudo, o funcionamento do ensino superior adiciona mais iniquidades às previamente existentes. Além de gastar mal os recursos que poderiam melhor atender aos menos ricos, subsidia a educação dos mais ricos e faz os menos ricos pagar o custo integral do ensino. Ou seja, o Brasil é o campeão mundial da injustiça social no ensino superior. Título que pouco orgulho nos deveria trazer. No entanto, os grandes arautos da injustiça dentro da universidade só enxergam longe. O que acontece dentro dos seus muros não lhes chama a atenção.

ABSTRACT

The extreme fragility of our elementary and high school makes the social classes pass through a sieve and the poorest ones can't have a big representation in the college level. It's not our college system fault. It only inherits the iniquity of the lower levels of education. However, the operation of the college education adds more iniquities to the previous ones. Besides spending badly the resources that could attend in a better way the poor people, it subsidizes the education of the richest ones and makes the poorest ones pay the whole cost of education. In other words, Brazil is the world champion of the social injustice in the college education. This title must bring us little pride. Nevertheless, the big injustice heralds inside the university can only see far way. What happens inside their walls doesn't call their attention.

Keywords: College Education - Student's social origin - Vestibular (access test) - meritocracy - Public/Private - Social injustice.

RESUMEN

La extrema fragilidad de nuestro primario y secundario hace con que las clases sociales sean filtradas y que los más pobres estén extraordinariamente subrepresentados en el nivel superior. Eso no es culpa del sistema superior. Éste a penas hereda la iniquidad de los niveles más bajos de educación. Sin embargo, el funcionamiento de la enseñanza superior añade más iniquidades a las previamente existentes. Además de gastar mal los recursos que podrían mejor atender a los menos ricos, subsidia la educación de los más ricos y hace a los menos ricos pagar el coste integral de la enseñanza. O sea, Brasil es el campeón mundial de injusticia social en la enseñanza superior. Título que poco orgullo nos debería traer. Sin embargo, los grandes pregoneros de la injusticia dentro de la universidad sólo ven lo que pasa lejos. Lo que pasa dentro de sus muros no les llama la atención.

Palabras-clave: Educación superior – Origen social del alumno – Vestibular – Meritocracia – Público / Privado – Injusticia social.

Referências Bibliográficas

- CASTRO, C.M., et al. *Determinantes de la Educación en America Latina: aceso, desempeño y equidad: un estudio ECIEL*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1984. 248p.
- CASTRO, C.M., RIBEIRO, S.C. Desigualdade social e acesso à universidade: dilemas e tendências. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p.3-23, out./dez. 1979.
- CASTRO, C.M., RIBEIRO, S.C. Mudanças na clientela da universidade. s.n.t. (*Changes in the Student Profiles of Higher Education*)
- ROEMER, J. Equalizing opportunities (in one country) for human development. Davies, CA.: University of California, 1999. Unpublished.
- VERSIANI, C. Trabalho de curso de mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1971. Não publicado.